



# **FRONTEIRA ARGENTINA-BRASIL: A MIGRAÇÃO PARA O NOROESTE GAÚCHO É FENÔMENO ESTRUTURAL OU CONJUNTURAL?**

**ARGENTINE-BRAZILIAN BORDER: IS MIGRATION TO  
NORTHWESTERN RIO GRANDE DO SUL A STRUCTURAL  
OR CONJUNCTURAL PHENOMENON?**

# FRONTEIRA ARGENTINA-BRASIL: A MIGRAÇÃO PARA O NOROESTE GAÚCHO É FENÔMENO ESTRUTURAL OU CONJUNTURAL?

## ARGENTINE-BRAZILIAN BORDER: IS MIGRATION TO NORTHWESTERN RIO GRANDE DO SUL A STRUCTURAL OR CONJUNCTURAL PHENOMENON?

Edemar Rotta<sup>1</sup> | Diego Guilherme Rotta<sup>2</sup>  
Carina Zuppa<sup>3</sup> | Milton César Gerhardt<sup>4</sup>

Recebimento: 27/04/2025  
Aceite: 18/02/2026

<sup>1</sup> Doutor em Serviço Social (PUCRS).  
Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul.  
Cerro Largo – RS, Brasil.  
E-mail: erotta@uffs.edu.br

<sup>3</sup> Doutora em Gerontologia Biomédica (PUCRS).  
Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina.  
São Miguel do Oeste – SC, Brasil.  
E-mail: carina\_zuppa@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Direito (URI).  
Santo Ângelo – RS, Brasil.  
E-mail: dg\_rotta@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUI).  
Santo Ângelo – RS, Brasil.  
E-mail: miltoncesargerhardt@yahoo.com.br

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar se o recente crescimento da migração argentina para o Noroeste do Rio Grande do Sul configura-se um fenômeno estrutural ou conjuntural, considerando suas implicações para o desenvolvimento regional. Com base nas premissas do método dialético-crítico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e analítica, combinando revisão bibliográfica, estudo de documentos e análise de dados secundários. As evidências indicam aumento expressivo no fluxo migratório a partir de 2022, impulsionado pela crise econômica argentina e pela demanda por mão de obra nos setores da agroindústria e da construção civil no Brasil. A análise teórica, fundamentada nos paradigmas funcionalista e histórico-estrutural, revela que, enquanto a visão funcionalista interpreta esse fluxo como um ajuste natural do mercado de trabalho, a abordagem histórico-estrutural aponta para a precarização e exploração dos migrantes em um contexto de desigualdade sistêmica. Casos de trabalho informal e análogo à escravidão evidenciam a vulnerabilidade dos migrantes, destacando a necessidade de políticas públicas mais eficazes para sua inclusão social e proteção trabalhista. Conclui-se que a migração argentina para a região combina fatores conjunturais e estruturais, exigindo abordagens interdisciplinares e medidas governamentais para garantir a integração digna desses trabalhadores ao mercado formal e aos serviços essenciais.

**Palavras-chave:** Fronteira. Migração. Mercado de trabalho. Migrante. Políticas migratórias.

## ABSTRACT

This study aims to analyze whether the recent increase in Argentine migration to Northwestern Rio Grande do Sul constitutes a structural or conjunctural phenomenon, considering its implications for regional development. Based on the premises of the dialectical-critical method, this is a qualitative study with an exploratory and analytical approach, combining a literature review, document study, and secondary data analysis. Evidence points to a significant rise in migratory flows since 2022, driven by Argentina's economic crisis and the demand for labor in Brazil's agribusiness and civil construction sectors. The theoretical analysis, grounded in functionalist and historical-structural paradigms, shows that while the functionalist view sees this flow as a natural labor market adjustment, the historical-structural approach highlights the precariousness and exploitation of migrants within a context of systemic inequality. Cases of informal and slave-like labor reveal the vulnerability of migrants, underscoring the need for more effective public policies for their social inclusion and labor protection. The study concludes that Argentine migration to the region combines both structural and conjunctural factors, demanding interdisciplinary approaches and government measures to ensure the dignified integration of these workers into the formal labor market and essential services.

**Keywords:** Border. Migration. Labor market. Migrant. Migration policies.

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade é profundamente marcada pela mobilidade humana. Desde os primeiros grupos nômades e sua relação dinâmica com o território até a consolidação de sociedades sedentárias, a migração sempre desempenhou um papel central na organização social. No entanto, com o advento do Estado-Nação, caracterizado por ser soberano e territorialmente delimitado, as migrações, sobretudo as internacionais, passaram a se tornar um assunto relevante às dinâmicas de regulamentação e controle estatal, sendo uma questão fundamental para as políticas de fronteira e cidadania (Castles, 2004).

As migrações, portanto, passam a ser assunto de Estado-nação, mediante políticas migratórias duramente pautadas na compreensão de limites territoriais e suas formas de ocupação de fronteiras, soberania e nacionalidade - elementos intrinsecamente ligados ao conceito de cidadania. Essas políticas refletem os diversos interesses estabelecidos pelos projetos de sociedade e pacto social, que passaram a funcionar como inibidores ou facilitadores dos distintos fluxos migratórios, tanto em âmbito nacional quanto internacional (Rotta, D., 2023).

No Noroeste do estado do Rio Grande do Sul - Brasil, a mobilidade humana demarca momentos específicos, especialmente no trato da questão das migrações – sobretudo a migração internacional. Antes da chegada de espanhóis e portugueses, a região era habitada por diversos grupos indígenas, cujo modo de vida estava associado ao nomadismo e ao seminomadismo, influenciado pelas características



naturais do território. Com a colonização, a imposição do modelo de Estado-Nação introduziu a noção de territorialidade fixa, resultando na disputa pela demarcação de territórios e fronteiras em favor das coroas europeias, desconsiderando completamente as organizações pré-existentes dos povos originários (Rotta, E., 1999).

Sob o domínio espanhol, a região viveu a experiência das Reduções Jesuítico-Guaranis, no contexto dos 30 povos missioneiros. Os deslocamentos humanos entre as diferentes reduções constituíam prática estabelecida e corriqueira, mesmo que restrita aos povos reduzidos. Os nativos que não aceitaram o processo das reduções viviam à margem destas e causavam tensão permanente, exigindo formas de controle bastante severas. Destarte, a troca do território das Missões Riograndenses pela Colônia de Sacramento, efetivada entre Portugal e Espanha com o Tratado de Madri, em 13 de janeiro de 1750, deu início a um processo de desagregação da experiência das reduções, fixando limites rígidos em termos de fronteiras e de deslocamentos humanos (Rotta, E., 1999).

Com a criação dos Estados Nacionais da Argentina (1816) e do Brasil (1822), estabeleceram-se fronteiras soberanas, em todos os sentidos, profundamente delimitadas e institucionalizadas. O rio Uruguai, antes grande elo de ligação e facilitador dos deslocamentos, constituiu-se no marco de fronteira entre os dois países. Os relatos históricos denotam que o trânsito de pessoas e até mesmo de relações econômicas, sociais e culturais continuaram ocorrendo de forma bastante intensa entre a população fronteiriça. Entretanto, durante os regimes militares (Brasil: 1964-1985; Argentina: 1976-1983), estabeleceu-se uma nova noção de fronteira, endurecida a partir da ideologia de segurança nacional. Este ideário ainda se faz presente, mesmo diante da integração de ambos os Estados no Mercosul, a partir de 1991 e, modo mais recente, de acordos bilaterais de facilitação do trânsito entre as fronteiras (Rotta, E., 2007).

A predominância da ideologia de segurança nacional, a barreira natural do rio Uruguai e a distância dessa fronteira em relação às capitais dos dois países consolidam um território marcado por processos de vigilância e controle, gerando formações sociais, nos dois lados da fronteira, com reduzidos processos de integração, mas paradoxalmente com maior conexão cultural entre as “hermanadas” e limítrofes regiões de ambas as nacionalidades do que com as metrópoles de seus respectivos Estados (Rotta, D., 2020). É nesta realidade que se observa, especialmente a partir dos primeiros anos da



década de 2020, um movimento mais intenso de cidadãos argentinos que se deslocam ao Noroeste do Rio Grande do Sul em busca de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas. Este fenômeno nos instiga a investigar, na perspectiva de compreendê-lo. Tratar-se-ia de uma nova realidade de maior integração e mobilidade em uma região de fronteira marcada pela ideologia de segurança nacional? Ou, trata-se apenas de um movimento conjuntural, decorrente da crise econômica vivida pela Argentina neste período?

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar se o recente fluxo migratório argentino para o Noroeste do Rio Grande do Sul configura um fenômeno predominantemente estrutural ou conjuntural, considerando suas implicações para a dinâmica do desenvolvimento regional. Busca-se compreender em que medida esse movimento decorre da crise econômica argentina e em que medida está associado à configuração produtiva e institucional da região de destino.

Outro aspecto importante que nos move neste estudo é a ausência completa de investigações sobre processos migratórios Brasil-Argentina nesta parte do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Pesquisando nas principais bases de dados, tais como as plataformas *Scielo*, *Scopus*, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES usando os termos “migrações no Noroeste do Rio Grande do Sul” e “migrações internacionais no Noroeste do Rio Grande do Sul”, não foram observados registros de estudos deste tema. Os estudos sobre processos migratórios no RS estão focados na região da Campanha, Serra Gaúcha, Vale dos Sinos e Metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, 2020; Fraga; Oltramari, 2020).

A mobilidade humana, especialmente em áreas de fronteira, integra as dinâmicas do desenvolvimento regional. Os fluxos migratórios não apenas refletem desigualdades territoriais, mas também interferem na organização do mercado de trabalho, na estrutura produtiva local e no conjunto das relações socioculturais. A literatura regional demonstra que a circulação de trabalhadores influencia a especialização econômica e a acumulação territorial (North, 1955; Diniz, 2013). Por sua vez, em regiões periféricas, esses movimentos podem impulsionar atividades produtivas ou reforçar fragilidades estruturais (Brandão, 2007). Nesse sentido, analisar a migração argentina para o Noroeste do Rio Grande do Sul significa observar um processo que afeta diretamente a dinâmica socioeconômica e institucional do território.



Sob a perspectiva da economia política do desenvolvimento, o crescimento regional é marcado por desigualdades e concentração espacial das atividades produtivas (Furtado, 2007). A mobilidade do trabalho participa desse processo, podendo fortalecer áreas mais dinâmicas ou evidenciar relações de dependência. Em regiões de fronteira, onde a integração é parcial e assimétrica, os fluxos migratórios expressam tanto oportunidades quanto limites estruturais (Brandão, 2007; Diniz, 2013).

Theis et al. (2022, p. 261), analisando a tradição de estudos sobre o desenvolvimento regional, destacam o caráter interdisciplinar deste campo de estudos, evidenciando a necessidade de estudar manifestações concretas, dados empíricos, fatos objetivos, mas sempre tendo presente as teorias que lhes dão significado. Mattedi (2020) sugere entender o desenvolvimento regional não como “uma coisa no mundo”, algo dado, pronto, acabado, mas sim como “uma forma de entender o mundo”. Além disso, esta forma de entender o mundo é *relacional*, pois se trata de compreender as configurações que emergem da relação entre desenvolvimento e região, assim como considerar as condições que permitem seu próprio entendimento. É, igualmente, *multidimensional*, visto que envolve as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental; *multidirecional*, uma vez que significa simultaneamente progresso e retrocesso; *multissignificativa*, em razão de o sentido variar segundo os grupos sociais; *ambivalente*, pois, quando uma região se desenvolve, resolve-se um conjunto de problemas, mas criam-se outros. Tal aspecto também possui uma *causação circular*, na medida em que os efeitos se tornam causas e as causas se tornam efeitos; e é incerta, levando em consideração que as consequências do desenvolvimento regional são imprevisíveis.

Ao propor uma discussão a respeito do caráter estrutural e conjuntural do fenômeno migratório Argentina-Brasil, nestes primeiros anos da década de 2020, no Noroeste do Rio Grande do Sul, o estudo dialoga com o campo do desenvolvimento regional, pois se busca olhar para o fenômeno objetivo, no sentido de compreender possíveis repercussões nas dinâmicas de desenvolvimento das formações sociais locais e da referida região. Nesse sentido, a presença crescente de trabalhadores estrangeiros impacta o mercado de trabalho, as gestões municipais dos principais serviços públicos, as relações socioculturais e as estratégias de desenvolvimento (Diniz, 2013; Brandão, 2007). Diante dessas considerações, pode-se dizer que o artigo contribui para aproximar os estudos migratórios das análises sobre desenvolvimento em territórios de fronteira.



O texto está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos que guiaram o estudo. Na segunda, demarcam-se os referenciais teóricos que orientam este estudo, com destaque para possíveis leituras do fenômeno migratório. Na terceira seção, evidencia-se a dinâmica migratória na região, com a intensificação da presença de migrantes, especialmente argentinos, a partir das primeiras décadas do século XXI, e como a população local tem percebido esta realidade através dos desafios e impactos socioeconômicos. Na quarta seção, procura-se estabelecer algumas inferências do processo migratório presente nesta região a partir dos modelos teóricos de análise e dos estudos do desenvolvimento regional.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está fundado nas premissas do método dialético-crítico (Arenhart et al., 2021), caracterizando-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e analítica, combinando revisão bibliográfica, estudo de documentos e análise de dados secundários. Como ponto de partida, realizou-se pesquisa nas principais bases de dados, tais como as plataformas *Scielo*, *Scopus*, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES usando os termos “migrações no Noroeste do Rio Grande do Sul” e “migrações internacionais no Noroeste do Rio Grande do Sul”, no sentido de identificar estudos já realizados sobre o tema. Na sequência, realizou-se levantamento teórico no campo dos estudos migratórios e do desenvolvimento regional, com base em autores clássicos e contemporâneos, a fim de construir o referencial analítico do trabalho.

No plano empírico, foram utilizados dados secundários provenientes do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), disponibilizados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), referentes ao período de 2020 a 2024. Esses dados permitiram identificar a evolução quantitativa do fluxo migratório argentino no Noroeste do Rio Grande do Sul e no conjunto do estado. Complementarmente, procedeu-se à análise documental de reportagens de veículos de comunicação regional, com o objetivo de captar percepções locais, desafios institucionais e impactos socioeconômicos associados ao aumento do fluxo migratório.



A organização e análise dos materiais coletados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, tendo presente os três momentos essenciais definidos por Bardin (2004): (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados e interpretação. A análise foi realizada com base nos referenciais teóricos das teorias da migração e dos estudos do desenvolvimento regional.

## **MARCOS TEÓRICOS PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO: MIGRAÇÕES ENQUANTO PROCESSO EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS**

O campo dos estudos migratórios (*migration studies*) busca compreender a migração como um processo dinâmico, analisando suas causas, mecanismos e impactos. As pesquisas abordam diferentes dimensões da mobilidade humana, incluindo migração interna e internacional, temporária e permanente, regular e irregular, além das transformações que ocorrem tanto nas sociedades de origem quanto nas de destino (Scholten; Pisarevskaya; Levy, 2022; Cohen, 1996; King, 2012; De Haas; Castles; Miller, 2020; Brettell; Hollifield, 2022).

Para compreender as bases teóricas desse campo, importa destacar alguns marcos fundamentais. Entre as primeiras contribuições destaca-se a do geógrafo e cartógrafo alemão-inglês Ernst Georg Ravenstein (1834-1913), que sistematiza “As Leis da Migração” – em três artigos publicados em 1876, 1885 e 1889. Baseado em análises de dados de nascimento do Censo Britânico dos anos de 1871 e 1881, com dados de igual natureza dos censos da Europa e América do Norte, estabelece uma dinâmica interconectada entre a mobilidade humana e o desenvolvimento econômico (Ravenstein, 1885; Grigg, 1977; Lussi, 2015; De Haas; Castles; Miller, 2020; Scholten; Pisarevskaya; Levy, 2022; Brettell; Hollifield, 2022).

Outra contribuição importante é dada por Everett S. Lee (1966), em “Uma teoria da migração”, na qual destaca que, tanto a razão quanto o volume das migrações são sustentadas em uma série de fatores variáveis. Entre estas causas, destacam-se a diversidade das regiões e a população que a habita, o grau de dificuldade dos obstáculos intervenientes, a distância geográfica, as barreiras físicas ou, ainda, as leis de controle da migração, bem como suas relações com as flutuações da economia e decisões ou fatores de ordem pessoal (De Haas; Castles; Miller, 2020; Lee, 1966). Por sua vez, uma contribuição relevante ao tema também é dada pela Escola de Chicago, especialmente por Robert Park, que inaugurou, no início do



século XX, um modelo metodológico pioneiro para o estudo das migrações, focado na análise das relações étnicas e raciais e no conceito de assimilação (Lussi, 2015; Scholten; Pisarevskaya; Levy, 2022; Brettell; Hollifield, 2022).

A estes estudos pioneiros somam-se um conjunto de novas pesquisas ao longo do século XX e início do XXI, que afirmam o tema no âmbito de programas de pós-graduação específicos e correlatos, de grupos de estudos e de publicações em periódicos consolidados no cenário internacional, destacando a natureza transversal e interdisciplinar das pesquisas sobre migrações (Scholten; Pisarevskaya; Levy, 2022). Esta amplitude teórica e metodológica dos estudos sobre migrações deixa evidente que não há uma única teoria capaz de explicar o fenômeno em sua totalidade, exigindo um diálogo permanente entre pesquisadores (Massey et al., 1993; Massey et al., 1998; Lussi, 2015).

Tendo presente os distintos modelos e níveis teóricos e metodológicos, reconhecem-se as migrações enquanto elemento parte de processos ainda maiores de transformação e desenvolvimento nas estruturas da sociedade, a partir de uma divisão generalista no campo das ciências sociais. Hein De Haas, Stephen Castles e Mark J. Miller (2020) classificam as principais teorias de estudos do fenômeno migratório em dois grandes grupos ou paradigmas teóricos: a) as teorias funcionalistas, que vislumbram a sociedade como um sistema formado por um conjunto de atores, cenário em que o fenômeno migratório reveste-se de caráter positivo, contribuindo para o desenvolvimento e equalização da sociedade; b) e as teorias histórico-estruturais, que, por sua vez, focam a análise do fenômeno nas estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas, de modo a observar o comportamento de cada indivíduo diante dos desequilíbrios sociais evidenciados na exploração da mão de obra e na disparidade de poderes políticos, econômicos e sociais.

As teorias funcionalistas, influenciadas pelo positivismo, tratam a migração como um fenômeno regido por leis e padrões previsíveis, a partir de uma lógica de causa e efeito (De Haas; Castles; Miller, 2020; De Haas, 2014). Tal ordem de teorizações é representada, sobretudo, pelos modelos de *push-pull*, pela teoria neoclássica de migração e pela teoria do capital humano.

Os modelos de *push-pull*, popularizados por Everett S. Lee (1966), sugerem que a migração ocorre em resposta a fatores de “atração” (como demanda por trabalho e melhores condições econômicas) e “repulsão” (como pobreza e instabilidade política) (Lussi, 2015; De Haas; Castles; Miller, 2020).



A teoria neoclássica parte de uma concepção geral de que “as forças sociais tendem a caminhar ao equilíbrio”. Portanto, elas consideram as migrações enquanto uma dinâmica social de atravessamento na geografia mundial, a partir da relação disponibilidade de mão de obra e demanda de trabalho, onde os indivíduos são levados a decidir a partir de suas opções individuais. Assim sendo, estas opções são marcadas pela busca (dos trabalhadores excedentes) de mercados de trabalho com melhor remuneração (De Haas; Castles; Miller, 2020). Justamente essa relação entre as migrações, a demanda de trabalho, a escassez de mão de obra, os melhores salários e a mão de obra excedente tenderiam a equilibrar os níveis de renda, as condições de trabalho e o próprio fluxo migratório, diminuindo as razões para a migração (Massey et al., 1994; Massey et al., 1993; De Haas; Castles; Miller, 2020).

Ao seu tempo, a teoria do capital humano serve enquanto uma espécie de alternativa ou composição complementar ao paradigma funcionalista. No olhar de Larry A. Sjaastad, a migração é vista “como um investimento que aumenta a produtividade de capital humano” (Sjaastad, 1962; De Haas; Castles; Miller, 2020). O referido alicerce teórico parte da compreensão de que as pessoas, portadoras de distintas “habilidades pessoais, conhecimento, habilidades físicas, idade e gênero”, realizam o investimento em sua mobilidade na espera de retornos (que variam a partir dos distintos interesses pessoais) ou benefícios de ordem vitalícia, proporcionados por seus locais de destino, como, por exemplo, o aumento de sua renda e a qualificação de sua educação. O potencial de tal corrente teórica está, justamente no entendimento ampliado da formação dos fluxos de migração em decorrência da estrutura dos mercados de trabalho, das camadas sociais das quais os migrantes se originam, de seus níveis de habilidades e/ou qualificações – tendo presente a maior complexidade do mercado de trabalho e a necessidade de aumento na especialização, bem como das possibilidades de trabalho em outras áreas e da distribuição de renda nas sociedades de origem e de destino (De Haas; Castles; Miller, 2020).

Apesar de sua influência, essas abordagens apresentam limitações significativas. Ao simplificarem a migração como um ajuste de mercado, ignoram fatores políticos, culturais e estruturais, além de não explicarem fenômenos como a migração de retorno e a permanência de populações em condições adversas (De Haas; Castles; Miller, 2020; De Haas, 2021; Arango, 2000; Czaika; Reinprecht, 2022). Em vista disto, é possível afirmar que os modelos de ordem funcionalista são incapazes de observar as migrações enquanto parte de algo maior.



Por outro lado, as teorias histórico-estruturalistas, que têm nascedouro entre os anos 1970 e 1980, pautam-se na economia política de raiz neo-marxista (atentas às lutas de classes e aos fatores de produção). Estas, por sua vez, compreendem as migrações como parte dos processos históricos e sociais de desenvolvimento, servindo como mecanismo de controle e de exploração da mão de obra (Czaika; Reinprecht, 2022; De Haas; Castles; Miller, 2020). Neste direcionamento de teorias das migrações, as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas são enfatizadas como condicionantes do agir dos indivíduos (desprovidos de liberdade ou de agência). Estes aspectos reforçam os desequilíbrios que fazem parte da sociedade – distintos níveis de poder econômico e político que se enraízam nas práticas da sociedade e de cada cultura –, denunciando a ausência de atuação positiva ou intervenção redistributiva estatal (De Haas; Castles; Miller, 2020).

Nesse contexto teórico, em que as migrações servem aos interesses do capital em busca de uma fonte alternativa barata e altamente explorável de mão de obra, fenômenos como o colonialismo, o imperialismo, a fuga de cérebros (*brain drain*) dos países de origem e o êxodo das regiões rurais para os grandes centros urbanos, econômicos e industriais também fazem parte da equação analítica do fenômeno migratório (De Haas; Castles; Miller, 2020).

Dentre as principais vertentes teóricas do paradigma histórico-estruturalista, pode-se destacar a teoria da dependência, a teoria dos sistemas-mundo e as teorias da globalização (De Haas; Castles; Miller, 2020).

A teoria da dependência desenvolve-se na América Latina e, com maior influência durante a década de 1960, estabelece-se no contexto das reflexões sobre a hegemonia econômica dos Estados Unidos da América (De Haas; Castles; Miller, 2020). A teoria da dependência é marcada por uma “análise sociológica da forma dependente de capitalismo que se manifestou na América Latina”, contexto em que os países latinos são superexplorados, permanecendo dependentes dos centros. Diante da disparidade no progresso tecnológico – que limita o aproveitamento da mão de obra existente e dos recursos primários –, nota-se um cenário que inviabilizava o desenvolvimento econômico e social (Bresser-Pereira, 2010). Esta teoria trata o fenômeno migratório como “uma das muitas causas do subdesenvolvimento e da crescente desigualdade global”, que se opera pela própria dinâmica capitalista de drenagem de recursos – incluindo aqui a de mão de obra –, dos países mais pobres para os países centrais, mantendo a relação colonial pré-

existente (De Haas; Castles; Miller, 2020).

A teoria dos sistemas-mundo (décadas de 1970 e 1980) objetiva a análise do contexto em que a incorporação de regiões periféricas na economia capitalista e o concomitante crescimento das corporações multinacionais acelerou a mudança rural e privou camponeses e trabalhadores rurais de seus meios de subsistência. Assim, esse aspecto contribuiu para intensificar a pobreza, a migração das zonas rurais para as urbanas, a urbanização acelerada e o crescimento de economias informais (De Haas; Castles; Miller, 2020). O referido marco teórico apresenta uma leitura que inclui as dimensões estruturais, as dimensões culturais e suas peculiaridades, ofertando uma abordagem que é multidimensional, fundada na teoria dos sistemas sociais. Destarte, a partir de uma abordagem global do fenômeno migratório, contempla dados, atores e processos, ao mesmo tempo, o que, por sua vez, viabiliza a compreensão da mobilidade humana no conjunto mais amplo dos temas e dos processos que são estudados e tratados pelas ciências sociais (Lussi, 2015).

Por seu turno, as teorias da globalização (pautadas a partir dos anos 1990) entendem que a globalização constitui um conjunto de processos de alargamento, aprofundamento e aceleração das interconexões mundiais em todos os aspectos da vida social contemporânea, com rápidas mudanças e trocas econômicas, tecnológicas e transformações de cunho político-ideológico, que perpassam as fronteiras dos Estados nacionais (De Haas; Castles; Miller, 2020).

Em um viés crítico de tal paradigma teórico, importa referir que as teorias histórico-estruturais tendem a descartar a agência humana do migrante, retratando-o como sujeito sem qualquer escolha a não ser migrar – simples vítima do capitalismo global – para fazer-se mão de obra barata nos centros globais e assim poder sobreviver, o que acaba deixando de lado as distintas faces do fenômeno migratório e as escolhas de vida que os movem (De Haas; Castles; Miller, 2020). Nesse sentido, Russel King (2012) destaca outras duas “fraquezas” teóricas de tal leitura, quais sejam: a) os fluxos migratórios não acompanham, de modo necessário os de capital, sendo aqueles mais espontâneos, seguindo padrões geográficos e oportunidades diversas; e b) é olvidado o papel do Estado enquanto instituição política que molda as migrações.



Portanto, é transparente que ambos os paradigmas teóricos padecem de inúmeras limitações analíticas, gerando a emergência, ao final do século XX e o início do XXI, de novas abordagens para o estudo das migrações, incluindo as teorias de redes migratórias, transnacionalismo, sistemas de migração e transição migratória (Portes; Böröcz, 1998; Arango, 2000; Massey et al., 1998). Essas abordagens enfatizam a agência dos migrantes e fatores intermediários, mas frequentemente negligenciam níveis macro e micro de análise. Porém, estas novas teorizações sobre a migração, em geral, ainda carregam resquícios de uma lógica cartesiana de causa e efeito, característica do pensamento do século XIX, resultando em modelos analíticos fragmentados e limitados (Massey et al., 1998). Em vez de constituírem um novo paradigma, tais teorias formam um mosaico conceitual que explica apenas aspectos específicos do fenômeno migratório (King, 2012).

A complexificação das migrações, a partir da segunda metade do século XX, evidencia novas dinâmicas, como a globalização dos fluxos migratórios, a mudança de direção das migrações, a proliferação da migração de transição, a feminização da migração laboral e a politização e securitização da migração (De Haas; Castles; Miller, 2020). Esses fatores impõem desafios ao modelo de Estado-nação e às políticas de cidadania.

Dada a interdependência entre mobilidade e transformações sociais, o estudo das migrações deve ser compreendido dentro de um processo migratório, conceito que abrange as múltiplas dimensões do fenômeno, considerando seus aspectos políticos, sociais e econômicos. Em vista disto, a migração não deve ser vista isoladamente, mas como um elemento estruturante e estruturado por mudanças globais e locais (De Haas; Castles; Miller, 2020).

Por conseguinte, a proposta de Castles (2010) enfatiza a necessidade de análises interdisciplinares e integradas, conectando fatores macro (economia global e políticas migratórias), meso (redes de migrantes e comunidades imigrantes) e micro (experiências individuais e aspirações migratórias), de modo a romper as referidas limitações analíticas dos paradigmas teóricos funcionalista e histórico-estrutural. Assim, as migrações devem ser analisadas não apenas como resposta a fatores externos, mas também como um conjunto de processos de transformação social e econômica, refletindo a interação entre as estruturas globais e as dinâmicas individuais (De Haas; Castles; Miller, 2020).



É a partir de tal construção teórico-crítica ao processo migratório internacional que este trabalho objetiva compreender o contexto de transformações sociais, políticas, econômicas e históricas em que se inserem, se produzem e se perpetuam (ou não) os fluxos migratórios internacionais de argentinos com destino ao Brasil. No contexto do Noroeste do Rio Grande do Sul, essa abordagem torna-se essencial para compreender o crescimento recente da presença de migrantes argentinos na região. Ao analisar esse fluxo migratório, é necessário considerar não apenas os fatores estruturais que o impulsionam, como a crise econômica argentina e as demandas do mercado de trabalho local, mas também as redes de migração, as políticas estatais e a agência dos próprios migrantes na escolha de seus destinos e estratégias de adaptação.

Portanto, este estudo adota uma perspectiva integrada, conectando fatores macro (como as dinâmicas econômicas e políticas entre Brasil e Argentina), meso (as redes sociais e trajetórias dos migrantes na região) e micro (as motivações individuais e experiências dos trabalhadores argentinos no Brasil). Essa abordagem nos permitirá compreender se a migração para o Noroeste gaúcho configura-se como uma nova tendência estrutural de mobilidade transfronteiriça ou se se trata de um movimento conjuntural, diretamente ligado à instabilidade econômica da Argentina nos últimos anos.

## **FLUXO MIGRATÓRIO ARGENTINO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: PERCEPÇÕES, DESAFIOS E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

A extensa fronteira terrestre do Brasil, que abrange cerca de 16.855 km e faz divisa com 11 países sul-americanos, caracteriza-se como uma região de múltiplas trocas e interações, sejam comerciais, culturais ou migratórias (Pêgo et al., 2018). Dentro desse vasto território, destaca-se a região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul e, de forma especial, o COREDE Fronteira Noroeste, um espaço composto por 20 municípios e situado na Região Funcional de Planejamento 7. Embora compartilhe uma proximidade física com a Argentina, essa área apresenta uma integração econômica e social limitada com o país vizinho, em grande parte devido à falta de infraestrutura de conexão e ao papel do rio Uruguai como um obstáculo natural, que historicamente delimita as relações entre os dois territórios, mas não impede que novas migrações venham ocorrendo nos últimos anos (Laurer et al., 2023). Dados recentes disponibilizados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) revelam tendências importantes sobre esse movimento, conforme indicado na Tabela 1.



Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram um crescimento acentuado no fluxo de migrantes argentinos para a região Noroeste do Rio Grande do Sul nos últimos anos. Até 2021, o número de registros era praticamente insignificante, com apenas 20 migrantes em 2020 e 5 em 2021. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma mudança no padrão migratório, com 102 migrantes registrados. Em 2023, esse número quadruplicou, atingindo 394 registros, enquanto em 2024, o total chegou a 657 migrantes, representando um crescimento de 67% em relação ao ano anterior e um aumento de mais de 540% em relação a 2022, indicando um primeiro reflexo do agravamento da crise argentina e do reaquecimento da economia brasileira.

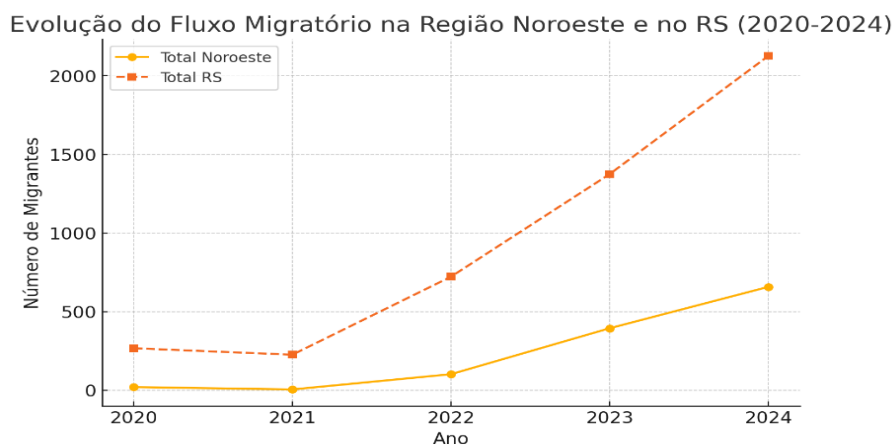
**Tabela 1** | Evolução do número de migrantes na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (2020-2024)

Ano	Total de Migrantes - Noroeste	Total de Migrantes - RS
2020	20	267
2021	5	226
2022	102	722
2023	394	1374
2024	657	2125

Fonte: Dados obtidos do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e organizados pelos autores.

O crescimento desses fluxos pode ser visualizado no Gráfico 1, que evidencia a evolução da migração tanto na região Noroeste do estado quanto no Rio Grande do Sul como um todo. Nota-se que a curva de crescimento na região Noroeste acompanha a tendência estadual, mas com uma taxa de aumento ainda mais acentuada nos últimos anos.

**Gráfico 1** | Evolução do Fluxo Migratório na Região Noroeste e no RS (2020-2024)



Fonte: Dados do SISMIGRA/OBMigra, elaboração dos autores.



A análise da distribuição dos migrantes nos municípios da região Noroeste revela que algumas cidades se tornaram mais atrativas para a população argentina. Como ilustrado na Tabela 2, o município de Santa Rosa recebeu o maior número de pessoas, com 318 migrantes em 2024, um crescimento expressivo em relação aos 138 registrados em 2023. A escolha por este destino pode estar associada ao fato de a cidade se destacar por sua estrutura econômica e acesso aos serviços sociais, como saúde, educação e assistência social. Tais aspectos podem favorecer a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, facilitando, assim, seu processo de fixação no território brasileiro.

Outros municípios que apresentam um aumento significativo na chegada de migrantes incluem Santo Cristo (76 migrantes em 2024), Três de Maio (54 migrantes) e Porto Mauá (41 migrantes), este último com localização estratégica na fronteira, o que pode facilitar a movimentação da população entre os dois países. Por outro lado, algumas localidades, como Campina das Missões, São José do Inhacorá e Senador Salgado Filho, não registraram migração expressiva no período analisado, possivelmente devido ao fato de oferecerem menores oportunidades de emprego e infraestrutura, dificultando a recepção de novos residentes.

**Tabela 2** | Número de Migrantes por Município na Região Noroeste do RS (2020-2024)

Município	2024	2023	2022	2021	2020
Santa Rosa	318	138	60	0	4
Santo Cristo	76	50	5	0	2
Três de Maio	54	27	4	1	3
Porto Mauá	41	16	8	0	6
Doutor Maurício Cardoso	27	13	6	0	0
Independência	37	5	5	0	0
Horizontina	25	23	4	0	3
Alecrim	20	17	1	1	0

Fonte: Dados do SISMIGRA/OBMigra, organização dos autores.

Esse fluxo de migrantes que chega aos municípios apresenta desafios importantes e pode tensionar as relações socioeconômicas e político-culturais locais. Esta realidade pode ser percebida quando se olham as reportagens veiculadas nas mídias locais. Elas tendem a confirmar os dados apresentados pelo OBMigra e ainda chamarem a atenção para fluxos mais intensos do que os apresentados pelos dados oficiais. Essa discrepância indica a presença de muitos migrantes sem



registro formal de ingresso, situação favorecida pela extensa faixa de fronteira, marcada pela vigilância limitada e por uma tradição consolidada de deslocamentos entre Argentina e Brasil.

A partir da análise das notícias, as mídias locais registraram a intensificação da presença de migrantes, de diferentes nacionalidades, a partir de 2022. Dentre este grupo, destacam-se os argentinos, que vêm em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. De acordo com os dados analisados, observa-se que, entre migrantes recentemente estabelecidos na região Noroeste, cubanos e haitianos tendem a apresentar maior organização e qualificação profissional, o que facilita sua inserção no mercado formal. Em contrapartida, os argentinos enfrentam dificuldades devido à ausência de documentação regularizada, o que frequentemente os coloca em situações de vulnerabilidade no mercado informal (Jornal Semanal de Três de Maio, 2023).

Por seu turno, os setores econômicos locais, especialmente a agroindústria, a agropecuária, a construção civil e a prestação de serviços, têm percebido os migrantes como uma solução viável para suprir a escassez de mão de obra em áreas estratégicas. Entidades empresariais e empregadores locais têm discutido alternativas para facilitar a contratação e regularização desses trabalhadores, reconhecendo o impacto positivo da força de trabalho estrangeira para a manutenção das atividades produtivas. Empresas de médio e grande porte, especialmente os frigoríficos, já empregam migrantes e têm destacado que a diversidade cultural contribui para a qualificação do ambiente corporativo, embora desafios como a barreira linguística e a regularização documental ainda sejam recorrentes (Jornal Semanal de Três de Maio, 2023).

Diante dessa conjuntura, empresas locais reconhecem a necessidade de integrar esses trabalhadores e têm discutido estratégias para viabilizar contratações seguras. Contudo, os desafios persistem, como barreiras culturais e dificuldades na emissão de documentos regulares. Em resposta, algumas cidades têm buscado iniciativas para facilitar esse processo, a exemplo de Santa Rosa, que estabeleceu uma cooperação com Oberá, na Argentina. Esse acordo visa simplificar o acesso ao mercado de trabalho para migrantes argentinos, promovendo a integração produtiva entre os dois municípios da fronteira (Jornal Noroeste, 2023).

Esta intensificação da migração de argentinos para o Rio Grande do Sul é destacada no “Perfil dos Imigrantes no RS” (Rio Grande do Sul, 2020), elaborado a partir dos dados do Cartão Nacional de



Saúde, no qual os argentinos aparecem em terceiro lugar em termos percentuais, atrás apenas de haitianos e uruguaios. O Boletim Informativo do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, de outubro de 2024 (Brasil, 2024), destaca que os argentinos estão em 5º lugar em termos de origem dos migrantes que ingressaram no Brasil entre janeiro de 2010 a agosto de 2024, atrás apenas de venezuelanos, haitianos, bolivianos e colombianos. No entanto, é necessário ter presente que estes informativos governamentais trabalham apenas com ingressos regulares, enquanto na região em estudo, as mídias chamam a atenção para o ingresso de muitas pessoas de forma irregular (ROLSSING, 2025).

Ao analisar o cenário das migrações internacionais no Brasil, tendo presente o período anterior e posterior à Pandemia de Covid 19, Baeninger et al. (2021) destacam que o Brasil se consolida como lugar de atração de migrantes nas primeiras décadas do século XXI, não apenas por questões econômicas, mas também por questões de reconhecimento de direitos aos migrantes. Há, portanto, um fenômeno de intensificação das migrações Sul-Sul (países do Sul do Mundo), que pode ser justificado por diferentes fatores: a tendência de que profissionais com elevada escolaridade são oriundos, em sua maioria, de países do Norte Global, enquanto profissionais de menor escolaridade provém, especialmente do Sul Global; a abertura de novas frentes de trabalho decorrentes das transformações no agronegócio, especialmente nos frigoríficos; o predomínio do trabalho formal nas indústrias, em contraste com a forte presença da informalidade em outros setores; e, ainda, as especificidades regionais dos fluxos migratórios, uma vez que, enquanto em outras regiões do Brasil predomina o ingresso de venezuelanos, haitianos, bolivianos e colombianos, no Sul do Brasil predomina o ingresso de haitianos, argentinos e venezuelanos.

O ingresso de migrantes argentinos na região estudada é permeado por um conjunto de tensões que evidenciam aspectos conjunturais, mas denotam, também, elementos estruturais do fenômeno migratório e da própria sociedade brasileira: ingresso regular e irregular pelas fronteiras entre os países; inserção no mercado formal e atuação na informalidade; acesso às políticas públicas oficiais e convivência com situações evidentes de vulnerabilidade social; remunerações condizentes com o trabalho realizado e exploração do trabalho; e inserção nas dinâmicas societárias locais e preconceito e exclusão.



A atuação do Estado, das empresas (mercado) e da sociedade civil organizada tem sido sentida na região, mesmo que ainda insuficiente diante dos desafios que a nova realidade tem colocado. No tocante às diferentes esferas de atuação do Estado, tem-se observado a intensificação das fiscalizações em ambientes de trabalho, a ampliação do acesso aos serviços sociais públicos e a criação de centros de acolhimento ao migrante. O empresariado, por sua vez, tem sido responsável pela promoção de experiências bem-sucedidas de inserção e formalização de trabalhadores migrantes. Ao seu tempo, enquanto iniciativas da sociedade civil, percebe-se a criação de redes de apoio e inclusão aos migrantes nas dinâmicas societárias locais e regionais (Canofre, 2024; Rádio Missioneira, 2025).

Diante desse cenário, é possível compreender que muitos migrantes argentinos chegam ao Brasil em busca de estabilidade econômica, após enfrentarem condições de trabalho precárias e altos índices de inflação em seu país de origem. Porém, de um lado, há um impacto positivo na absorção de mão de obra e no desenvolvimento da região, por outro, persistem desafios na regulamentação e na inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, bem como ao acesso a serviços básicos, como saúde, educação e direitos trabalhistas. Desse modo, a colaboração entre empresas, poder público e sociedade civil é fundamental para assegurar uma integração efetiva, garantindo que os migrantes possam contribuir para o desenvolvimento local sem que se submetam a condições de trabalho exploradoras (Jornal Semanal de Três de Maio, 2023).

## **BREVES INFERÊNCIAS DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO ARGENTINA A PARTIR DOS MODELOS TEÓRICOS DE ANÁLISE**

O processo migratório argentino para o Noroeste do Rio Grande do Sul, especialmente a partir de 2022, representa um fenômeno multifacetado, que pode ser analisado sob diferentes perspectivas teóricas. O aumento expressivo dos fluxos migratórios na região evidencia tanto aspectos conjunturais, como a crise econômica argentina e o reaquecimento do mercado de trabalho brasileiro, quanto fatores estruturais que envolvem a organização do sistema produtivo e as condições históricas da mobilidade transfronteiriça na América do Sul. A seguir, são apresentadas interpretações dessa dinâmica a partir de dois paradigmas teóricos clássicos nos estudos migratórios, o modelo funcionalista e o modelo histórico-estrutural, procurando estabelecer interfaces com o desenvolvimento regional.



As abordagens funcionalistas tratam a migração como um fenômeno natural e previsível, regido por leis socioeconômicas que garantem um equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho (De Haas; Castles; Miller, 2020; Massey et al., 1998). Segundo essa perspectiva, o aumento da migração argentina para o Brasil pode ser explicado pelo modelo *push-pull* de Everett Lee (1966), no qual fatores de “repulsão” (*push*) — como inflação elevada, desemprego e crise econômica na Argentina — impulsionam a saída de trabalhadores; enquanto fatores de “atração” (*pull*) — como maior oferta de empregos e estabilidade econômica no Brasil — incentivam a chegada desses migrantes.

Além disso, a teoria neoclássica da migração reforça essa visão, argumentando que os trabalhadores migram em busca de mercados que oferecem melhores salários e oportunidades econômicas, ajustando, assim, o equilíbrio da força de trabalho entre diferentes regiões (Massey et al., 1994; De Haas; Castles; Miller, 2020). Por seu turno, a teoria do capital humano, proposta por Sjaastad (1962), complementa essa análise ao sugerir que os migrantes fazem investimentos racionais em sua mobilidade, visando a ganhos futuros, como aumento de renda e melhores condições de vida.

Aplicando essa abordagem ao caso do Noroeste do Rio Grande do Sul, pode-se argumentar que a chegada de migrantes argentinos é um movimento esperado, decorrente das condições econômicas nos países de origem e destino. Dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) indicam que o número de migrantes argentinos na região aumentou mais de 540% desde 2022, acompanhando um cenário de deterioração econômica na Argentina e de crescimento de setores produtivos no Brasil, como a agroindústria, a agropecuária e a construção civil. Assim, para os funcionalistas, esse fluxo migratório é um mecanismo natural de ajuste do mercado de trabalho, que beneficia tanto os migrantes quanto a economia local.

No entanto, essa explicação não considera aspectos estruturais mais profundos do fenômeno migratório. Os modelos funcionalistas simplificam a migração, ignorando fatores como desigualdades históricas, relações de poder, exploração da mão de obra e políticas migratórias que limitam a integração dos trabalhadores estrangeiros. Dessa forma, uma análise mais robusta requer um olhar a partir das abordagens histórico-estruturais, que consideram o contexto econômico e político de forma mais ampla.



As abordagens histórico-estruturalistas, de base neo-marxista, compreendem a migração como um reflexo das estruturas de poder e dominação que regem o sistema capitalista global, indo além de processos econômicos espontâneos (De Haas; Castles; Miller, 2020; Czaika; Reinprecht, 2022). Segundo essas abordagens, a migração argentina para o Noroeste do Rio Grande do Sul não pode ser explicada apenas por fatores conjunturais, como a crise econômica argentina, mas sim por processos históricos de desigualdade e dependência entre os países sul-americanos.

A teoria da dependência, desenvolvida na América Latina a partir da década de 1960, argumenta que países periféricos, como a Argentina e o Brasil, permanecem subordinados às economias centrais, perpetuando ciclos de subdesenvolvimento e exploração (Bresser-Pereira, 2010; De Haas; Castles; Miller, 2020). Nesse contexto, a migração não é um fator de equilíbrio econômico, mas um reflexo da exploração da mão de obra barata em regiões periféricas, onde os migrantes ocupam postos de trabalho precarizados, sem acesso a direitos básicos.

Dados recentes confirmam essa realidade. Em janeiro de 2024, a Operação In Vino Veritas resgatou 22 trabalhadores argentinos em condições análogas à escravidão no Rio Grande do Sul, revelando que a vulnerabilidade migratória é explorada pelo mercado de trabalho informal (Canofre, 2024). Além disso, muitos migrantes enfrentam dificuldades na regularização documental, o que os coloca em situação de desproteção social e trabalhista, sujeitando-os a baixos salários e aos riscos das atividades do mercado informal de trabalho (Jornal Semanal de Três de Maio, 2023).

A teoria dos sistemas-mundo, formulada por Wallerstein (1974, 1980, 1989), expande essa análise ao sugerir que os países periféricos fornecem mão de obra barata para regiões economicamente mais dinâmicas, dentro de um sistema global de desigualdades. No caso do Brasil, a economia agrícola e industrial do Noroeste do Rio Grande do Sul se beneficia da mão de obra migrante para manter custos baixos, enquanto os migrantes são inseridos em empregos temporários e sujeitos a ciclos de migração sem garantias de estabilidade.

Essa dinâmica está associada à globalização da força de trabalho, que intensificou fluxos migratórios, mas sem garantir a inclusão social dos trabalhadores. Dessa maneira, a política migratória brasileira, mesmo após os acordos do Mercosul, ainda apresenta entraves burocráticos, dificultando a integração plena desses migrantes (De Haas; Castles; Miller, 2020).



Apesar do reconhecimento da importância da mão de obra estrangeira para setores estratégicos, as políticas públicas na região ainda são insuficientes para garantir a plena inclusão dos migrantes. Municípios como Santo Ângelo têm adotado iniciativas locais, como o Centro de Acolhimento do Imigrante, que auxilia na documentação e na integração social (Rádio Missioneira, 2025). No entanto, a maioria dos municípios ainda carece de políticas efetivas para lidar com esse crescimento da população de migrantes e suas implicações socioeconômicas e político-culturais.

Por conseguinte, ao tomar como referência as propostas de Mattedi (2020) e Theis et al. (2022) para a compreensão do desenvolvimento regional, conforme explicitado na introdução deste artigo, pode-se afirmar que as teorias histórico-estruturalistas se aproximam mais de uma leitura adequada do fenômeno do que as teorias funcionalistas, sem, é claro, relegar as contribuições destas últimas.

As teorias histórico-estruturalistas conseguem perceber o fenômeno na perspectiva interdisciplinar, como indicado por Theis et al. (2022) nos estudos sobre o desenvolvimento regional, à medida em que destacam a necessidade de múltiplas leituras capazes de identificar as diversas características que compõem o fenômeno, somente possível pelo diálogo entre diversas ciências. De forma semelhante, as teorias histórico-estruturalistas apresentam maior potencial de contribuir para a compreensão do desenvolvimento regional como “uma forma de entender o mundo”, como proposto por Mattedi (2020): (i) compreender que o mundo é *relacional*, pois o fenômeno migratório coloca em interação permanente os espaços e as características locais com os espaços e características globais, a partir da ideia de “sistemas-mundo”; (ii) que deve ser visto de forma *multidimensional*, envolvendo as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental; (iii) que se tem um movimento *multidirecional*, pois significa simultaneamente progresso e retrocesso; (iv) que pode suscitar leituras e percepções *multissignificativas*, pois o sentido do fenômeno varia segundo os grupos sociais que participam concretamente dos processos; (v) que o fenômeno é repleto de *ambivalências*, pois, ao resolver um conjunto de problemas, pode estar gerando outros e, assim, sucessivamente; (vi) que é dotado de um movimento de *causação circular*, à medida que os efeitos se tornam causas e as causas de tornam efeitos; (vii) e que os resultados do processo são *incertos*, pois as consequências do desenvolvimento regional são imprevisíveis.



Também, como se disse, não se podem desprezar as contribuições das teorias funcionalistas, pois elas apresentam potencial de identificar os movimentos da dinâmica internacional de acumulação de capital e como estes se manifestam nos diferentes territórios – vistos como naturais e necessários a partir da lógica da livre circulação dos fatores de produção que tendem ao equilíbrio, desde que deixados ao livre jogo das forças do mercado. Nesta perspectiva, os movimentos do capital e dos trabalhadores são no sentido de maximizar seus ganhos futuros, como aumento da renda e melhores condições de trabalho e de vida. Esta percepção pode contribuir para identificar interesses de grupos econômicos; captar movimentos de diferentes atores; dimensionar possíveis repercussões econômicas e sociais; mapear territórios e setores econômicos e maior interesse; estabelecer projeções futuras; entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar se o recente fluxo migratório argentino para o Noroeste do Rio Grande do Sul configura-se como um fenômeno predominantemente estrutural ou conjuntural, considerando suas implicações para a dinâmica do desenvolvimento regional. Trata-se, portanto, de um estudo movido pela ausência completa de investigações sobre migrações na região referida e suas possíveis inflexões sobre a dinâmica do desenvolvimento regional.

Os dados obtidos no estudo, evidenciaram que o crescimento expressivo de migrantes argentinos na região, mais de 540% desde 2022, reflete tanto fatores conjunturais, como a crise econômica argentina e a expansão da economia brasileira, especialmente nas áreas da agropecuária, agroindústria e construção civil, quanto estruturais, ligados às desigualdades históricas entre os países latino-americanos e as clivagens internas entre mercado formal e informal de trabalho. As abordagens funcionalistas do fenômeno migratório tendem a explicar esta realidade a partir de ajustes naturais no mercado de trabalho globalizado. Por outro lado, as leituras histórico-estruturais evidenciam um cenário mais complexo, marcado pela movimentação das forças do capital em economias periféricas, pela precarização da mão de obra migrante e pela fragilidade das políticas públicas.



A interação das teorias que analisam o fenômeno migratório com as que discutem o desenvolvimento regional representa uma possibilidade promissora para compreender uma realidade complexa que se apresenta não apenas no Noroeste do Rio Grande do Sul, mas também em outros territórios. Esta interação pode ser salutar para perceber a multidimensionalidade, a multiescalaridade, a diversidade de interesses, a multiplicidade de significados, as contradições, as ambivalências, entre outros aspectos que estão presentes no cenário e se tornam essenciais em qualquer projeto de futuro que a região Noroeste do RS possa projetar.

Apesar dos desafios que enseja, o fluxo migratório também apresenta impactos positivos, especialmente para setores como a agropecuária, a agroindústria e a construção civil, que enfrentam situações de escassez de mão de obra proveniente da região. No entanto, a ausência de políticas migratórias eficazes pode ampliar a exploração e a exclusão social dos trabalhadores. Iniciativas locais – e, por vezes, isoladas –, quer proveniente das diferentes esferas do Estado, do empresariado (mercado) e da sociedade civil são passos importantes, mas ainda insuficientes para garantir a inclusão plena dessa população no mercado formal, no acesso a serviços básicos e na garantia de direitos de cidadania.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dependência de dados oficiais, que podem subestimar a presença de migrantes em situação irregular. Pesquisas futuras poderiam adotar abordagens qualitativas, como entrevistas e estudos etnográficos, para compreender melhor as condições de trabalho, os desafios da inserção social, bem como a criação de redes de apoio entre ou a partir das comunidades de partida e/ou de chegada, inseridas nas dinâmicas de transformação social e desenvolvimento de suas respectivas regiões. Além disso, seria relevante analisar a migração de outras nacionalidades que chegam à região e investigar a migração de retorno, identificando se esse fluxo representa um deslocamento temporário ou uma tendência estrutural de longa duração.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de um olhar interdisciplinar e aprofundado sobre os fluxos migratórios, conectando fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. A migração argentina para o Brasil não deve ser vista apenas como um movimento conjuntural, mas como um fenômeno que exige políticas públicas eficazes, garantindo não apenas a absorção da mão de obra migrante, mas também a sua proteção contra a exploração e a exclusão social para que os migrantes possam exercer plenos direitos de cidadania.



## REFERÊNCIAS

- ARANGO, Joaquin. Explaining migration: a critical view. *International Social Science Journal*, v. 52, n. 165, p. 283-296, set. 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1468-2451.00259>. Acesso em: 09 set. 2024.
- ARENHART, Livio Osvaldo et al. *Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa*. Cruz Alta (RS): Editora Ilustração, 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAENINGER, Rosana et al. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 4, p. 1-35, 2021.
- BRANDÃO, Carlos A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *Migração no Brasil – Boletim Informativo nº 4*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUST, Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, outubro de 2024.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099/3735>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BRETTEL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. (ede.). *Migration theory. Talking across disciplines*. Fourth Edition. New York, Routledge, 2022.
- CANOFRE, Fernanda**. *Argentinos: a imigração de precarizados no Brasil*. *Repórter Brasil*, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/trabalho-escravo-as-camadas-da-crise-no-rs/>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- CASTLES, Stephen. Why migration policies fail. *Ethnic and racial studies*. v. 27, n. 2, p. 205-227, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0141987042000177306>. Acesso em: 8 out. 2024.
- CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: Uma perspectiva desde a transformação social. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul-dez., 2010. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2010. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227#:~:text=Um%20marco%20conceitual%20do%20estudo,contexto%20de%20acelerada%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20global>. Acesso em: 29 set. 2024.
- COHEN, Robin. *Theories of migration*. Cheltenham; Vermont: Edward Elgar Publishing, 1996.
- CZAIKA; Mathias; REINPRECHT, Constantin. Migration drivers: why do people migrate? In: SCHOLTEN, Peter (ed.). *Introduction to migration studies. An interactive guide to the literatures on migration and diversity*. IMISCOE Research Series. Open Access. Rotterdam: Erasmus University, 2022, p. 49-82. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-030-92377-8.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- DE HAAS, Hein; CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. Sixth edition. New York: The Guilford Press, 2020.
- DE HAAS, Hein. Migration theory. Quo vadis? *Working Papers*, Oxford IMI/DEMIG, paper 100, nov. 2014. Disponível em: <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-100-14>. Acesso em: 20 out. 2024.
- DE HAAS, Hein. A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. *Comparative Migration Studies*, v. 9, n. 8, p. 1-35, fev. 2021. Disponível em: <https://comparativemigrationstudies.springeropen.com/articles/10.1186/s40878-020-00210-4>. Acesso em: 05 set. 2024.



DINIZ, Clélio C. *Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.

FRAGA, Aline; OLTRAMARI, Andrea. Imigrantes Internacionais no Estado do Rio Grande do Sul. In: BAENINGER, Rosana.; FERNANDES, Duval Magalhães. (coords.) *Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil – Resultados de Pesquisa*. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos\\_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf). Acesso em: 15 fev. 2026.

GRIGG, David B. G. Ravenstein and the “Laws of migration”. *Journal of Historical Geography*, v. 3, n. 1, p. 41-54, jan. 1977. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305748877901438>. Acesso em: 20 ago. 2024.

**JORNAL NOROESTE.** *Empresas de Santa Rosa poderão receber trabalhadores argentinos*. 07 jun. 2023. Disponível em: <https://jornalnoroeste.com.br/noticia/geral/empresas-de-santa-rosa-poderao-receber-trabalhadores-argentinos>. Acesso em: 29 jan. 2025.

**JORNAL SEMANAL DE TRÊS DE MAIO.** *Região Noroeste é procurada por migrantes que veem aqui a oportunidade de melhorar de vida*. 03 nov. 2023. Disponível em: <https://www.jsemanal.com.br/regiao-noroeste-e-procurada-por-migrantes-que-veem-aqui-a-oportunidade-de-melhorar-de-vida>. Acesso em: 27 jan. 2025.

KING, Russel. *Theories and typologies of migration: an overview and a primer*. Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations, 3/12. Malmö: Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, Malmö University, 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/260096281\\_Theories\\_and\\_Typologies\\_of\\_Migration\\_An\\_Overview\\_and\\_A\\_Primer](https://www.researchgate.net/publication/260096281_Theories_and_Typologies_of_Migration_An_Overview_and_A_Primer). Acesso em: 20 fev. 2024.

**LAURER, Sendi et al.** Desenvolvimento regional através das redes turísticas: Região Fronteira Noroeste. *Informe GEPEC*, v. 27, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.31105>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LEE, Everett S. *A theory of migration*. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-57, mar. 1966. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.2307/2060063#citeas>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LUSSI, Carmem. Teorias da mobilidade humana. In: DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. *Metodologia no estudo das migrações*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015, p. 43-116.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and development review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 20 out. 2024.

MASSEY, Douglas S. et al. An evaluation of international migration theory: the north american case. *Population and Development Review*, v. 20, n. 4, p. 699-751, dez. 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2137660>. Acesso em: 5 set. 2024.

MASSEY, Douglas S. et al. *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millenium*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MATTEDI, Marcos A. Pensando com o desenvolvimento regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. In: SOUSA, Cidival M., THEIS, Ivo M.; BARBOSA, José L. A. (orgs.). *Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 75-127. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/swr8b/pdf/sousa-9786586221688.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 63, n. 3, p. 243-258, 1955.

**OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra).** *Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Dados sobre migração argentina para o Noroeste do Rio Grande do Sul (2020-2024)*. Disponível em: <https://>



[portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio](http://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio). Acesso em: 30 dez. 2024.

**PÊGO, Bolívar (coord.) ... [et al.].** *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. Volume 1. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018.

PORTES, Alejandro; BÖRÖCZ, Joséf. Migración contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación. In: MALGESINI, Graciela. (org.). *Cruzando fronteras*. Migraciones en el sistema mundial. Barcelona: ICARIA, 1998, p. 43-73.

**RÁDIO MISSIONEIRA.** *Santo Ângelo já recebeu cerca de 160 imigrantes nos últimos meses*. 2025. Disponível em: <https://www.radiomissioneira.com/santo-angelo-ja-recebeu-cerca-de-160-imigrantes-nos-ultimos-meses/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

RAVENSTEIN, Ernest Georg. The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 48, n. 2, p. 167-235, jun. 1885. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2979181?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. *Perfil dos Imigrantes no RS*. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020.

**RIO GRANDE DO SUL.** *Perfis – regiões funcionais de planejamento*. Porto Alegre: Seplan-RS/Deplan, 2015.

ROLLSING, Carlos. Cresce número de argentinos que migram para o sul do Brasil em busca de trabalho. *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 fev. 2025, Migrações – notícia. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2025/02/cresce-numero-de-argentinos-que-migram-para-o-sul-do-brasil-em-busca-de-trabalho-cm6yepcyp00ck014ujcg42rvt.html>. Acesso em: 16 fev. 2026.

ROTTA, Diego G. Por que o fenômeno migratório contemporâneo deve ser teoricamente analisado enquanto “processo migratório”? *Revista Limiares: Migração vista pelo Sul*, Porto Alegre, v. 3, n. esp., p. 175-179, dez. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/grigs/revista-limiares-edicao-especial-2020/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ROTTA, Diego G. *Pensando a gestão do processo migratório internacional a partir da lei de migração (Lei n. 13.445/2017): a legitimação democrática das políticas migratórias e a cidadania concertada enquanto caminhos para uma governança migratória rizomática*. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Mestrado e Doutorado, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Santo Ângelo/ RS. Santo Ângelo, 2023.

ROTTA, Edemar. *Desenvolvimento regional e políticas sociais no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROTTA, Edemar. *A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de interação entre regional e global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

SCHOLTEN, Peter; PISAREVSKAYA, Asya; LEVY, Nathan. An introduction to migration studies: the rise and coming of age of a research field. In SCHOLTEN, Peter (ed.). *Introduction to migration studies*. An interactive guide to the literatures on migration and diversity. IMISCOE Research Series. Open Access. Rotterdam: Erasmus University, 2022, p. 03-24. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-92377-8>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SJAASTAD, Larry A. The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, v. 70, n. 5, p. 80-93, out. 1962. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1829105>. Acesso em: 18 fev. 2025.

THEIS, Ivo et al. Desenvolvimento regional: construção de um campo do saber? *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR*, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 258-271, jan./abr., 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6383/1161>. Acesso em: 15 fev. 2026.



WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600–1750*. New York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730–1840s*. San Diego: Academic Press, 1989.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.



